



APRENDER A INFLUENCIAR EDUCAÇÃO CLIMÁTICA

O APOIO DA EDUCAÇÃO EM VOZ ALTA À SOCIEDADE CIVIL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO CLIMÁTICA

Em 2024, vários beneficiários do programa Educação em Voz Alta identificaram a educação climática como uma necessidade pedagógica. As alterações climáticas impedem milhões de crianças — em particular as mais marginalizadas — de concluir o seu percurso escolar. Os beneficiários consideram que o reforço da educação climática nos seus países é essencial para fortalecer a influência da sociedade civil, preservar a continuidade da educação e desenvolver a resiliência das comunidades.

Uma educação de qualidade promove o conhecimento dos direitos humanos, da justiça, do empenho cívico e dos processos políticos, o que a torna um veículo crucial para fazer avançar a justiça climática. Para o efeito, a Educação em Voz Alta

criou oportunidades estruturadas de aprendizagem e de intercâmbio entre pares no âmbito das Coligações Nacionais para a Educação (CNE), com o objetivo de reforçar a sua capacidade de produzir dados concretos, mobilizar as partes interessadas e defender uma mudança nas políticas educativas no domínio das alterações climáticas.

As coligações participantes partiam de pontos de partida variados: algumas já estavam ativas na esfera política; outras envolveram-se de forma reativa após fenómenos meteorológicos extremos terem perturbado o funcionamento escolar; enquanto que, para outras, o tema era totalmente novo. As iniciativas de aprendizagem foram adaptadas em conformidade, combinando orienta-

ções técnicas, uma síntese de dados factuais e espaços para a partilha de experiências.

Esta nota de aprendizagem resume: as atividades de aprendizagem implementadas; a forma como os beneficiários aplicaram esses ensinamentos nos seus respetivos contextos; e as principais lições retiradas pela Educação em Voz Alta deste trabalho, com vista a orientar futuras ações de sensibilização e reforço de capacidades no domínio da educação para o clima.

Créditos da capa: Design gráfico dos recursos de colaborativo de aprendizagem das ilhas do Pacífico, da autoria de Fa Bo

AS INICIATIVAS DE APRENDIZAGEM: O QUE FIZEMOS?

A Educação em Voz Alta apoiou três redes de colaborativos de aprendizagem que reuniram 16 CNE e outras organizações da sociedade civil, com o objetivo de abordar as questões das alterações climáticas, da justiça climática e das suas ligações com a educação.

1. O Colaborativo de Aprendizagem para a Educação para o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável na África Ocidental e Central
2. O Colaborativo de Aprendizagem das ilhas do Pacífico sobre Educação Climática
3. O Colaborativo de Aprendizagem em Educação Climática Transformativa no Corno de África, na África Oriental e Austral

A Campanha Global pela Educação (GCE) e a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) mobilizaram os seus membros para associar a educação climática a abordagens transformadoras em matéria de género e à educação em situações de emergência.

Através destes processos, foi desenvolvida uma série de recursos de aprendizagem práticos. Os participantes utilizam ativamente estes materiais, que também foram partilhados com outros beneficiários de subvenções, com o objetivo de inspirar a prática e promover um maior desenvolvimento de conhecimentos.





África Ocidental e Central

COLABORATIVO DE APRENDIZAGEM EM EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL

Participantes do colaborativo de aprendizagem no módulo presencial em Lomé, no Togo, em maio de 2026.
Foto de Madouku Gnon

Para analisar a forma como as questões ambientais são integradas no ensino e na aprendizagem nas escolas, coligações do Togo, do Senegal, do Burquina Faso e de Madagascar colaboraram na análise de iniciativas lideradas por professores,

pela sociedade civil, professores, e por parceiros institucionais nos seus países.

Com a coordenação da Coligação Nacional de Educação de França, os participantes participaram num programa de aprendizagem

modular virtual entre 2023 e 2026, com dois intercâmbios de aprendizagem presenciais. Estabeleceram laços estreitos com o colaborativo de aprendizagem sobre Educação em Situações de Emergência na mesma região.



África Ocidental e Central

O QUE RESULTOU DISSO?

O processo de aprendizagem incluiu a identificação dos principais desafios, o que resultou no estudo [“Questões relacionadas com a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável no Togo, no Senegal, no Burkina Faso e em Madagascar”](#), publicado em maio de 2025.

Os resultados destacaram a necessidade de integrar de forma mais eficaz a educação ambiental nos programas curriculares escolares e na formação profissional, combinando o ensino teórico com atividades práticas e reforçando o envolvimento da comunidade.

Para mais informações, consulte o artigo: [A sociedade civil une-se](#)

[para colocar o ambiente no centro da educação.](#)

As CNE utilizaram esta investigação para elaborar uma estratégia conjunta de sensibilização e um documento de posição intitulado [Tornar a educação um pilar da resiliência climática](#). O documento de posição serviu de base para as ações de sensibilização subsequentes em cada um dos países e para influenciar os quadros internacionais sobre o nexo entre educação e clima, como a «Ação para o Empoderamento Climático» no âmbito da UNFCCC — que utilizou recomendações de coligações no domínio da educação do Burkina Faso, França, Madagascar, Senegal e Togo —, participantes no colaborativo de aprendizagem.



As ilhas do Pacífico

COLABORATIVO DE APRENDIZAGEM SOBRE EDUCAÇÃO CLIMÁTICA

Quatro coligações nacionais de educação da Papua-Nova Guiné, das Ilhas Salomão, de Samoa e de Vanuatu, juntamente com a coligação regional ASPBAE, participaram em sessões virtuais

modulares e num intercâmbio presencial durante o ano de 2025. O processo de aprendizagem foi facilitado por Alanah Torralba, especialista em transição justa, que trabalhou com as coligações para

explorar de que forma o reforço das capacidades da sociedade civil pode ajudar a influenciar a educação sobre as alterações climáticas, com vista a ações significativas nos seus países.

Participantes no evento Educação Climática nas Ilhas do Pacífico, em Port Moresby, Julho de 2025. Foto de Alanah Torralba

As ilhas do Pacífico

O QUE RESULTOU DISSO?

A colaboração resultou num conjunto de recursos de aprendizagem e sensibilização culturalmente relevantes, baseados nas experiências e nos contextos dos participantes, incluindo:

- Vídeo animado : [Educação transformadora sobre as alterações climáticas no Pacífico.](#)
- [Infográfico sobre justiça climática](#)
- Infográfico sobre perdas e danos relacionados com a educação.
- Cartazes do Roteiro para uma educação transformadora sobre o clima na [Papua-Nova Guiné](#), nas ilhas [Salomão](#), em [Vanuatu](#) e em [Samoa](#)

Para mais informações, consulte o artigo : [Reforçar a resiliência através da educação sobre alterações climáticas no Pacífico.](#)





O Corno de África, África Oriental e África Austral

COLABORATIVO DE APRENDIZAGEM EM EDUCAÇÃO CLIMÁTICA TRANSFORMADORA

Os participantes foram as CNE do Egito, Zimbabuê, Zâmbia, Lesoto, Eswatini, Tanzânia, Quênia e Nigéria, bem como a HOPE Libéria e a aliança transnacional ZINECDA.

Com a moderação de Musa Chibwana — especialista em alterações climáticas —, os participantes identificaram, ao longo de 2024, práticas exemplares, desafios e oportunidades para a criação de sistemas educativos adaptados às alterações

climáticas que adotem abordagens transformadoras capazes de capacitar os alunos, os jovens e as comunidades para que tomem medidas significativas em matéria de clima.

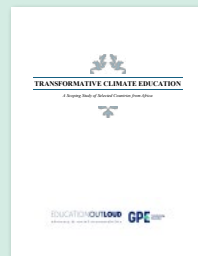
Isto aconteceu através de sessões de aprendizagem virtuais e de uma formação presencial em 2024. A partilha contínua de práticas e ideias é agora facilitada pelo CNE no Zimbábue, tendo a ECOZI como organizadora.

Mapeamento dos desafios climáticos relacionados com a educação durante um evento colaborativo de aprendizagem, na Tanzânia: R. Nasra (TEN7MET), Wadzanayi (ECOZI), Alfreda Nmah (HOPE Libéria). Foto: Damian-Mary Adeleke.

O QUE RESULTOU DISSO?

Estes módulos de formação, alguns dos quais virtuais e outros presenciais, deram origem a um estudo exploratório intitulado: [«Educação transformadora face às alterações climáticas: estudo exploratório sobre uma seleção de países africanos, 2024»](#).

O estudo analisa em que medida os sistemas educativos de determinados países africanos têm vindo a integrar a educação climática, bem como o grau de preparação das instituições de ensino



América Latina e Caraíbas

EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA EM TERMOS DE GÊNERO PARA APRENDIZAGEM SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA

Com o lema: “O direito à educação é uma condição necessária para a conservação da vida no planeta!”, a CLADE e o seu grupo de 35 coligações nacionais e regionais de educação da região latino-americana exploraram as ligações entre as agendas da Educação Transformadora em matéria de Género e da justiça climática, com o apoio da Universidade do Minnesota — um dos parceiros globais de aprendizagem da Educação em Voz Alta. Facilitaram uma série de sessões de aprendizagem com as CNE.



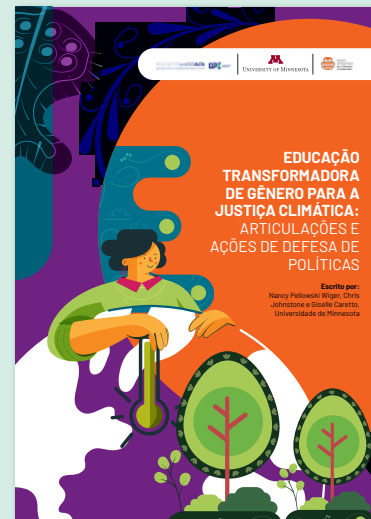


Design gráfico de Esteban Zapata e Gabriel Hidalgo, a cargo da Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE)

América Latina e Caraíbas O QUE RESULTOU DISSO?

Em vários países, os CNE reuniram dados relevantes para fins de sensibilização e elaboraram declarações comuns.

Para apoiar o trabalho de advocacia a nível nacional, foi elaborado um documento de advocacia intitulado: «Educação transformadora de gênero para a justiça climática: articulações e ações de defesa de políticas», publicado em 2025.



SÉRIE DE FORMAÇÃO DA GCE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E A JUSTIÇA CLIMÁTICA

A Campanha Global pela Educação organizou uma série de sessões de formação para reforçar a compreensão das CNE

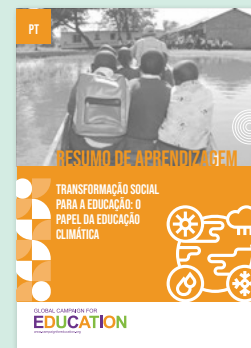
sobre a interligação entre o clima e a educação. As sessões revelaram um forte interesse por parte das CNE em aprofundar o seu envolvimento na educação climática. Os membros

manifestaram a necessidade de explorar os diversos papéis das organizações da sociedade civil na promoção da educação climática no âmbito do setor da educação. A iniciativa proporcionou o intercâmbio entre as regiões e permitiu retirar lições de organizações com um sólido historial em educação climática fora do movimento da GCE.

O QUE RESULTOU DISSO?

Deste processo resultou o Documento de Reflexão da GCE: [Transformação social para a educação: o papel da educação climática](#). Este documento estabelece as bases para trabalhos futuros sobre:

- Tornar os programas curriculares mais ecológicos em todos os sistemas nacionais.
- Influenciar os Planos do Setor Educativo (ESPs) para integrar estratégias educativas resilientes às alterações climáticas nos quadros de Redução do Risco de Catástrofes (DRR) e nas Contribuições Determinadas a Nível Nacional.



O QUE ACONTECEU DEPOIS DA FORMAÇÃO?

Módulo de Educação Ambiental no currículo escolar

Em: **Burquina Faso**
Por: **CNE Burquina Faso (CN-EPT/BF)**

A CN-EPT integrou a educação climática na sua estratégia de sensibilização e campanhas e alargou o envolvimento das partes interessadas de modo a incluir os ministérios do Ambiente e da Agricultura.

Foi incorporado um módulo oficial sobre educação ambiental

nos programas curriculares das escolas do ensino básico e secundário e das escolas de formação de professores.

Foi elaborado e testado um guia didático num município.

A coligação criou também uma rede de jovens do Sahel central (Burkina Faso, Mali e Níger) dedicada à educação transformadora em matéria de clima.

Escolas seguras em Vanuatu

Em: **Vanuatu**
Por: **CNE Vanuatu (KoBLE)**

A KoBLE passou a integrar o grupo de trabalho técnico Escolas Seguras, criado pelo Ministério da Educação.

A KoBLE influenciou a recente revisão da política de Educação em Situações de Emergência e está a contribuir para a recolha de dados sobre o impacto dos ciclones tropicais na educação.

Escolas ECO na Tanzânia

Em: **Tanzânia**

Por: **CNE Tanzânia (TEN/MET)**

A TEN/MET passou de esforços fragmentados para uma prática de educação climática coordenada e orientada para o sistema no âmbito da sua coligação.

Criaram a Comunidade de Prática TEN/MET sobre Educação Climática, que reúne 23 organizações da sociedade civil e agentes do setor da educação.

Esta rede adotou um modelo escolar denominado ECO escolas. Este modelo adota uma abordagem que envolve toda a escola e é orientada pelos alunos, integrando a

ação climática na gestão escolar e no ensino e no envolvimento da comunidade. O modelo das escolas ECO reforça a resiliência climática e a continuidade da educação, além de capacitar os alunos para que se tornem líderes ambientais.

Além disso, a economia circular foi implementada em 271 escolas, com atividades práticas de aprendizagem sobre reciclagem, gestão de resíduos e ecologização dos recintos escolares.

A TEN/MET apresentou recomendações à comissão encarregada da revisão da Lei da Educação sobre a inclusão da educação climática na lei.





O conhecimento indígena nos programas curriculares da educação não formal

Em: **Lesoto**
Por: **O Conselho das ONG do Lesoto (LCN)**

A LCN realizou estudos sobre a forma como as questões relacionadas com as alterações climáticas são abordadas na educação não formal. Foram identificadas lacunas e recolhidos dados relativos ao impacto nas comunidades, nomeadamente no que diz respeito às consequências das alterações climáticas, tais como a violência de género, e foram documentadas as práticas de adaptação das populações indígenas.

A LCN apresentou estes dados e as suas ações de sensibilização ao Grupo Local de Educação, com o objetivo de integrar a educação sobre as alterações climáticas nos programas escolares, estabelecendo uma ligação com a redução do risco de catástrofes, a igualdade de género e os direitos humanos.

Além disso, a resiliência climática dos formandos foi reforçada graças à integração dos conhecimentos indígenas nos módulos de educação não formal, enraizando-os nas realidades locais.

Os professores no centro da educação climática

Em: **Ilhas Salomão**
Por: **CNE das Ilhas Salomão (COESI)**

A COESI realizou um estudo sobre as práticas pedagógicas relacionadas com as alterações climáticas em 9 estabelecimentos de ensino, recolhendo os pontos de vista dos professores e documentando as suas práticas em sala de aula.

Daí resultaram 11 recomendações fundamentais para a sua estratégia de advocacia, relativas à elaboração dos programas escolares, à formação de professores, à atribuição e adaptação dos recursos ao contexto local, à sensibilização e ao acompanhamento temporário.

Material didático culturalmente relevante sobre educação climática

Em: **Samoa**

Por: **CNE Samoa (SEN)**

A SEN reforçou as capacidades dos seus membros e integrou a educação climática e a ligação com a educação em situações de emergência nos seus planos de advocacia.

A SEN está atualmente a desenvolver material didático baseado na comunidade e culturalmente relevante sobre educação climática, valorizando os conhecimentos e práticas tradicionais.

Além disso, conduziram consultas com várias partes interessadas sobre a educação para o clima.

As ligações entre a justiça climática e a educação transformadora em matéria de género

Em: **América Latina e Caraíbas**

Por: **Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE)**

A CLADE liderou uma investigação sobre justiça climática nos programas curriculares escolares nacionais e publicou um resumo de políticas e uma declaração pública sobre a educação transformadora em termos de género no contexto da justiça climática.

A CLADE participou em fóruns políticos de alto nível, tais como a Cimeira Social Pan-Amazônica, a Cimeira dos Presidentes da Amazônia e a Cimeira dos Povos, na preparação para a COP 30.

UE LIÇÕES APRENDEMOS?

Os parceiros de aprendizagem e os beneficiários destacaram várias lições importantes sobre a organização de iniciativas de aprendizagem e o fomento da educação climática em diversos contextos educativos e políticos.

1. Adote uma abordagem transdisciplinar. A educação climática abrange a educação transformadora, as alterações climáticas, a justiça climática, a Educação para o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável (EESD) e a Educação em Situações de Emergência, e cruza-se com outras formas de marginalização, como a de género. Cada área possui sistemas, dados e espaços políticos distintos. As intervenções pedagógicas devem fazer a ponte entre estes campos,

apoando a elaboração de políticas e práticas integradas.

2. Incorporar o mapeamento e a criação de evidências no processo de aprendizagem. O mapeamento sistemático e a geração de evidências reforçam a credibilidade do trabalho de defesa de causas e garantem que as intervenções sejam contextualmente relevantes. Isto inclui dar voz aos jovens e documentar o conhecimento indígena e comunitário.

3. Concentrar os esforços no papel de influência das Coligações Nacionais de Educação. Reforçar as CNE para traduzir as práticas os dados empíricos baseados na prática em mensagens políticas claras e em

ações de defesa a nível do sistema ajuda a preservar as suas funções estratégicas de coordenação e influência, evitando que se desviem para funções de prestação direta de serviços, tais como a formação de professores, a produção de materiais ou a sensibilização da comunidade.

4. Assegurar conhecimentos básicos sobre as alterações climáticas e a justiça climática. Uma compreensão fundamental da ciência climática e da justiça climática orienta a educação climática em torno da equidade e ajuda a relacionar a aprendizagem sobre o clima com as desigualdades associadas, incluindo as de género.

5. Dar prioridade à aprendizagem contínua entre pares. O intercâmbio e a partilha a longo prazo das práticas dos beneficiários criam confiança, reforçam as relações e promovem a colaboração regional e agendas conjuntas de defesa de causas.

As CNE devem comprometer-se com uma divulgação genuína,

para que a aprendizagem chegue aos membros para além das secretarias das coligações.

6. Utilizar abordagens de aprendizagem adaptativas e baseadas na prática. Integrar oportunidades para que os beneficiários apliquem o que aprenderam entre as sessões, criem recursos em conjunto e

aperfeiçoem a prática nos seus contextos locais.

7. Promover a colaboração contínua na aprendizagem, com vista à aplicação e à influência.

Ir além da troca de conhecimentos para dar ênfase à aplicação, à reflexão e à influência, de modo a que a sociedade civil possa tirar partido da aprendizagem em futuros processos de financiamento e envolvimento nas políticas.

No futuro, a Educação em Voz Alta continuará a apoiar e a reforçar o trabalho de influência a nível nacional, regional e global no domínio da educação climática.

“No futuro, a Educação em Voz Alta continuará a apoiar e a reforçar o trabalho de influência a nível nacional, regional e global no domínio da educação para a educação climática”

– Dorte Jørgensen, Educação em Voz Alta

Por que dar prioridade à educação climática? Principais conclusões retiradas dos processos de aprendizagem

- A educação de qualidade tem o poder transformador de incutir nos alunos conhecimentos, autonomia e práticas sobre as causas e os efeitos da emergência climática e sobre a forma de a enfrentar.
- As escolas são um pilar fundamental na transmissão de conhecimentos à próxima geração sobre a importância do nosso clima, do ambiente e da biodiversidade. Podem inspirar os alunos e as comunidades a levar uma vida mais sustentável e a organizar-se para promover a mudança a nível local, além de influenciar os decisores a vários níveis.
- Para que os sistemas educativos possam desempenhar este papel transformador crucial, é necessária vontade política para garantir um investimento adequado, processos de prestação de contas, apoio aos professores e espaço para o ativismo dos alunos e da sociedade civil.
- A educação climática aborda o conhecimento e a sensibilização para os direitos humanos, a justiça, o envolvimento cívico e os processos políticos, sendo, por isso, uma via fundamental para a defesa da justiça climática.
- Isto pode acontecer quando a educação é transformadora e promove a autonomia, a ação e a esperança em resposta à crise climática. A educação transformadora tem um impacto redistributivo direto, beneficiando as populações mais marginalizadas e promovendo a mobilidade social.

O Educação em Voz Alta é o fundo da Parceria Global para a Educação destinado à defesa de causas e à prestação de contas por parte da sociedade civil no domínio da educação. O programa visa reforçar a capacidade da sociedade civil para participar no planeamento do setor da educação, no diálogo sobre políticas e na monitorização, bem como promover a transparência e a prestação de contas nas políticas nacionais de educação e criar um ambiente propício, tanto a nível global como regional, para a defesa de causas pela sociedade civil e para os esforços de transparência na educação.

ACOMPANHE O TRABALHO

→ info@educationoutloud.org

→ www.educationoutloud.org



Newsletter

EDUCAÇÃO EM VOZ ALTA
advocacia e responsabilidade social

GPE Transforming
Education